



Repercussão Geral *em Pauta*

Edição n. 391

22 a 28 de setembro de 2026

Informativo periódico, elaborado pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes da Secretaria de Gestão de Precedentes do STF, objetiva auxiliar a gestão da repercussão geral no Poder Judiciário e apresenta as mais recentes informações deste Tribunal sobre o assunto.



MÉRITO DA REPERCUSSÃO

JULGAMENTOS

TEMA: 1.113

PROCESSO: RE 990.115

RELATOR: Min. Cristiano Zanin



Título: Inclusão do valor da subvenção econômica da Lei 10.604/2002 na base de cálculo do ICMS sobre energia elétrica.

Foi fixada a seguinte tese: “Não incide ICMS sobre a subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda a que se refere a Lei nº 10.438, de 2002.”

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.483

PROCESSO: RE 1.616.922
RE 1.616.090

RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)



Título: Redução dos prazos de validade do Certificado de Registro (CR) e do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) pelo Decreto nº 11.615/2023.

Foi fixada a seguinte tese: “É constitucional a redução dos prazos de validade do Certificado de Registro (CR) e do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) prevista no Decreto nº 11.615/2023, que são aplicáveis também aos certificados expedidos sob a égide da disciplina regulamentar anterior, observadas as regras de transição pertinentes.”

ACÓRDÃOS PUBLICADOS

Não foram publicados acórdãos de mérito da repercussão geral no período de 22 a 28.9.2026.

TEMAS COM TRÂNSITO EM JULGADO

Não houve temas com trânsito em julgado no período de 22 a 28.9.2026



PROCEDIMENTOS DE ADMISSIBILIDADE

TEMAS EM JULGAMENTO

TEMA: 1.486

PROCESSOS: RE 1.555.476

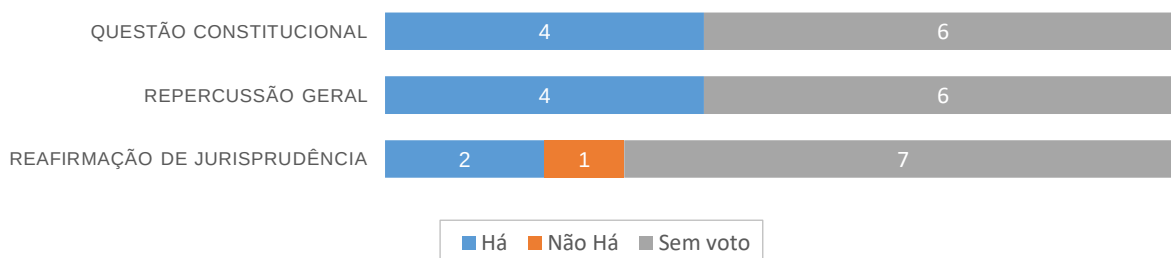
RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)



MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 29.9.2026



Título: Competência dos municípios para fixar jornada de trabalho superior à definida em legislação federal para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais submetidos ao regime estatutário.

Data prevista para o fim do julgamento: 2.10.2026

Agenda 2030 da ONU:



**TEMA: 1.487****PROCESSOS: ARE 1.620.532
ARE 1.622.511****RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**

MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 29.9.2026



■ Há ■ Não Há ■ Sem voto

Título: Revisão dos encargos financeiros de contratos de financiamento estudantil celebrados no âmbito do FIES.**Data prevista para o fim do julgamento:** 2.10.2026

TEMAS FINALIZADOS

TEMA: 1.483**PROCESSOS: RE 1.616.922
RE 1.616.090****RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**

MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 25.9.2026



■ Há ■ Não Há ■ Sem voto

Título: Redução dos prazos de validade do Certificado de Registro (CR) e do Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF) pelo Decreto nº 11.615/2023.



Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada. No mérito, o Tribunal, por maioria, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria. Não se manifestou o Ministro André Mendonça.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.484

**PROCESSOS: RE 1.620.626
RE 1.623.818**

**RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**



MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento

Placar do Julgamento em 25.9.2026

QUESTÃO CONSTITUCIONAL

10

REPERCUSSÃO GERAL

10

■ Há ■ Não Há ■ Sem voto

Título: Índices de correção monetária e de juros de mora aplicáveis às condenações impostas à Fazenda Pública na fase anterior à expedição do requisitório, após a Emenda Constitucional nº 136/2025.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada.

TEMA: 1.485

PROCESSOS: ARE 1.600.294

**RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**



MANIFESTAÇÃO DO RELATOR

Placar do julgamento



Placar do Julgamento em 25.9.2026

QUESTÃO CONSTITUCIONAL	10
REPERCUSSÃO GERAL	10

■ Há ■ Não Há ■ Sem voto

Título: Reconhecimento de erro de tipo e padrão probatório exigido no crime de estupro de vulnerável contra vítima menor de 14 anos.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, reputou constitucional a questão. O Tribunal, por unanimidade, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada.

Agenda 2030 da ONU:





PAUTAS DO PLENÁRIO

PLENÁRIO PRESENCIAL

Paradigmas da repercussão geral incluídos no [calendário de julgamento](#) do Plenário do Supremo Tribunal Federal (sujeito a alterações):

TEMA: 381

PROCESSOS: RE 630.852

RELATORA: Min. Rosa Weber

Título: Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 843

PROCESSOS: RE 835.818

RELATOR: Min. Marco Aurélio

Título: Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.016

PROCESSOS: RE 1.141.156

RELATOR: Min. Edson Fachin



Título: Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados judicialmente.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.071

PROCESSOS: RE 1.050.597

**RELATOR: Min. Edson Fachin
(Presidente)**





Título: Definição do termo “ingresso no serviço público”, à luz do art. 40, § 16, da Constituição Federal, para fins de definição do alcance temporal do direito de opção do servidor público federal, oriundo de cargo público de outro ente da federação, ao novo regime de previdência complementar.

Agenda 2030 da ONU:



SESSÕES VIRTUAIS DO PLENÁRIO

TRIBUNAL PLENO – SESSÃO VIRTUAL DE 25.9.2026 A 2.10.2026

TEMA: 441

PROCESSOS: RE 660.968

RELATOR: Min. Nunes Marques



Título: Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.

TEMA: 837

PROCESSO: RE 662.055

RED. ACOR.: Min. Alexandre de Moraes



Título: Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 935

PROCESSO: ARE 1.018.459

RELATOR: Min. Gilmar Mendes



Título: Inconstitucionalidade da contribuição assistencial imposta aos empregados não filiados ao sindicato, por acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença.

Agenda 2030 da ONU:



TEMA: 1.232

PROCESSO: RE 1.387.795

RELATOR: Min. Dias Toffoli



Título: Possibilidade de inclusão no polo passivo da lide, na fase de execução trabalhista, de empresa integrante de grupo econômico que não participou do processo de conhecimento.

Agenda 2030 da ONU:

